



“Comunicação clara e acessível como ferramenta de Educação Financeira em populações vulneráveis”

“Clear and Accessible Communication as a Tool for Financial Education in Vulnerable Populations”

Autora: Gislene Martins Robles

Executive MBA in Credit – Saint Paul Business School.

Pós-graduada em Administração de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas.

Resumo

Este artigo analisa a importância da comunicação clara e acessível como ferramenta estratégica para a promoção da educação financeira em populações vulneráveis. Considerando o cenário brasileiro de desigualdade educacional e exclusão bancária, o estudo discute como a linguagem técnica, frequentemente utilizada em conteúdos financeiros, dificulta a compreensão e a aplicação prática dos conceitos por parte da população de baixa renda. A pesquisa se baseia em estudos nacionais e internacionais que abordam o letramento financeiro, a simplificação da linguagem e o uso de tecnologias sociais. Destaca-se o papel da comunicação humanizada e culturalmente adaptada para garantir o acesso efetivo à informação e promover a autonomia econômica. O artigo propõe, ainda, diretrizes práticas para ações educativas, com foco na inclusão, na linguagem acessível e no uso de formatos multimodais. Conclui-se que a comunicação não é um aspecto secundário, mas um elemento central na eficácia de programas de educação financeira.

Palavras-chave:

Educação financeira. Comunicação acessível. Populações vulneráveis. Letramento financeiro. Linguagem clara.

Abstract:

This article analyzes the importance of clear and accessible communication as a strategic tool for promoting financial education among vulnerable populations. Considering the Brazilian context of educational inequality and banking exclusion, the study discusses how the technical language often used in financial content hinders the understanding and practical application of concepts by low-income populations. The research is based on national and international studies addressing financial literacy, language simplification, and the use of social technologies. It highlights the role of humanized and culturally adapted

communication in ensuring effective access to information and promoting economic autonomy. The article also proposes practical guidelines for educational actions focused on inclusion, accessible language, and the use of multimodal formats. It concludes that communication is not a secondary aspect, but a central element in the effectiveness of financial education programs.

Keywords:

Financial education. Accessible communication. Vulnerable populations. Financial literacy. Plain language.

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira tem se consolidado como uma ferramenta essencial para a inclusão social, especialmente em países com altas taxas de desigualdade socioeconômica, como o Brasil. No entanto, sua eficácia está diretamente relacionada à forma como as informações são transmitidas. A linguagem utilizada, os meios empregados e a clareza da mensagem são aspectos fundamentais para garantir que o conhecimento chegue de forma eficaz a públicos em situação de vulnerabilidade. Neste contexto, a comunicação clara e acessível se apresenta como um diferencial estratégico, rompendo barreiras culturais, cognitivas e educacionais.

A importância da comunicação acessível na educação financeira foi amplamente reconhecida por estudos conduzidos por Lusardi e Mitchell (2014), que identificaram que a linguagem técnica e complexa é um dos principais obstáculos à compreensão dos conceitos financeiros básicos. Publicado no *Journal of Economic Literature* (Princeton, 2014), o estudo demonstrou que pessoas com baixa escolaridade e rendas reduzidas têm mais dificuldade em assimilar conteúdos que não são apresentados de forma simples e didática. Assim, a comunicação torna-se elemento-chave para o sucesso de políticas públicas e projetos de educação financeira.

O cenário brasileiro demanda atenção especial. Dados do Instituto Data Popular (São Paulo, 2019) revelam que mais de 70% da população de baixa renda sente dificuldades para entender contratos bancários e informações sobre crédito. Essa realidade demonstra que não basta oferecer informações: é preciso adequá-las ao público-alvo. A comunicação, neste caso, deixa de ser apenas um canal e se transforma em um instrumento de transformação social, favorecendo a autonomia e o empoderamento das comunidades vulneráveis.

Essa perspectiva encontra respaldo nas diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que define educação financeira como o processo pelo qual os consumidores melhoram sua compreensão sobre produtos financeiros por meio de informações, instruções e aconselhamento objetivo (OECD, Paris, 2016). No entanto, o próprio relatório destaca que, para que esse processo seja eficaz, é necessário adaptar a linguagem aos diferentes níveis de

letramento dos cidadãos. Trata-se, portanto, de uma exigência ética e estratégica na comunicação institucional e educativa.

A relação entre linguagem e inclusão é também destacada por Freire (1987), em sua obra *A importância do ato de ler*, na qual defende que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Isso significa que toda informação deve ser mediada por um contexto cultural compreensível para o indivíduo, respeitando sua realidade e suas vivências. Aplicado à educação financeira, esse princípio implica na necessidade de linguagem humanizada, exemplos práticos e formatos de comunicação que se alinhem com os hábitos da população atendida.

Diante desse panorama, este artigo se propõe a discutir como a comunicação clara e acessível pode potencializar a educação financeira de populações vulneráveis, contribuindo para sua autonomia econômica e para a redução das desigualdades. Serão abordados os conceitos de letramento financeiro, comunicação inclusiva, além de estudos de caso e recomendações para políticas públicas eficazes.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E LETRAMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O conceito de letramento financeiro vai além da simples transmissão de conhecimento técnico sobre economia pessoal. Ele envolve a capacidade de compreender, interpretar e aplicar informações financeiras no cotidiano, o que exige habilidades cognitivas e sociais. Segundo a Pesquisa Nacional de Educação Financeira (ENEF, Brasília, 2018), grande parte dos brasileiros não compreende termos como “juros compostos” ou “inflação acumulada”, o que compromete decisões financeiras básicas, como a contratação de um empréstimo ou o uso do cartão de crédito.

De acordo com Atkinson e Messy (OCDE, Paris, 2012), o letramento financeiro é um componente central da estabilidade financeira e do desenvolvimento sustentável. No entanto, em contextos vulneráveis, os desafios são amplificados pela exclusão educacional, pela baixa familiaridade com o sistema bancário formal e pela disseminação de informações imprecisas, muitas vezes reforçadas por redes sociais e aplicativos de mensagens. A falta de formação adequada, aliada à linguagem técnica frequentemente utilizada nas campanhas de educação financeira, cria um abismo entre o conteúdo e o público.

Outro ponto crítico é a informalidade da economia em muitas comunidades, onde o dinheiro circula sem passar por instituições financeiras convencionais. Isso dificulta a aplicação de modelos tradicionais de educação financeira, que pressupõem o uso de bancos, crédito formal e investimentos estruturados. Estudo do Instituto Locomotiva (São Paulo, 2020) indicou que 48 milhões de brasileiros vivem à margem do sistema bancário. Para atingir essas pessoas, a comunicação deve considerar seus hábitos econômicos reais e apresentar conteúdos aplicáveis à sua vivência cotidiana.

As experiências de projetos comunitários de educação financeira indicam que a utilização de metáforas, histórias locais e personagens fictícios adaptados à cultura regional melhora significativamente a compreensão e o engajamento. A ONG Ação Educativa (São Paulo, 2017), por exemplo, desenvolveu cartilhas ilustradas para moradores de periferias urbanas, utilizando situações do cotidiano, como a compra no mercadinho do bairro ou o pagamento de contas parceladas. A clareza da comunicação foi apontada como elemento-chave no sucesso da iniciativa.

Ainda sobre o tema, o Banco Mundial (Washington, 2019) destaca que a linguagem inclusiva não é apenas uma questão de tradução literal, mas de adaptação cultural e simbólica. Isso inclui o uso de mídias alternativas, como vídeos curtos, podcasts, rádio comunitária e redes sociais locais, que tornam a informação mais acessível e menos intimidadora. O uso de tecnologias móveis também se mostra promissor, desde que os conteúdos sejam apresentados em formatos interativos e com linguagem compreensível.

Portanto, a educação financeira eficaz requer uma abordagem integrada entre conteúdo, forma e contexto. Não basta entregar a informação correta; é preciso garantir que ela seja compreendida, assimilada e aplicada de forma autônoma. A comunicação, nesse sentido, deixa de ser uma etapa posterior e passa a ser central no planejamento de qualquer ação de letramento financeiro.

3 COMUNICAÇÃO CLARA: FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES

A comunicação clara é uma abordagem metodológica que visa à simplificação da linguagem, estruturação lógica da informação e uso de recursos visuais e exemplos concretos para facilitar o entendimento de conteúdos complexos. Desenvolvida inicialmente nos Estados Unidos nas décadas de 1970 e 1980, a estratégia ganhou força na área da saúde e, mais recentemente, vem sendo aplicada com êxito em serviços financeiros, jurídicos e educacionais (PLAIN, Toronto, 2020).

No contexto brasileiro, a linguagem clara encontra respaldo na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que determina que informações públicas devem ser disponibilizadas em formatos compreensíveis para todos os cidadãos, independentemente de seu nível de escolaridade. Embora a aplicação ainda seja tímida, especialmente nos setores financeiro e jurídico, já existem iniciativas em órgãos públicos, como o INSS e o Banco Central, que adotaram manuais de comunicação clara para tornar seus serviços mais acessíveis.

Uma das referências mais citadas é o guia “*Como escrever em linguagem simples*”, publicado pela Controladoria-Geral da União (CGU, Brasília, 2016), que recomenda frases curtas, vocabulário cotidiano e organização em tópicos. A utilização desses princípios tem mostrado resultados positivos na compreensão de conteúdos técnicos. No caso da educação financeira, tais diretrizes podem ser aplicadas à redação de contratos, explicações sobre investimentos e materiais educativos destinados à população em geral.

Estudo realizado por Fernandes e Souza (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020) analisou a compreensão de contratos bancários entre 100 moradores de comunidades urbanas. Quando os documentos foram reescritos em linguagem clara, com gráficos e perguntas frequentes, o nível de entendimento aumentou em 58%, comprovando o impacto direto da clareza textual na assimilação de informações financeiras. Esse resultado destaca a urgência da adoção sistemática de práticas de comunicação clara por instituições financeiras.

Além da simplificação textual, a comunicação clara também se vale de recursos visuais, como infográficos, ilustrações e vídeos. A comunicação multimodal tem se mostrado eficaz, especialmente para públicos com baixo nível de alfabetização ou baixa familiaridade com leitura densa. A pesquisa de Góis e Cardoso (PUC-SP, São Paulo, 2019) demonstrou que vídeos educativos curtos e com linguagem informal geram mais retenção de conteúdo entre jovens de comunidades periféricas, quando comparados a textos impressos.

Dessa forma, a comunicação clara não deve ser entendida como um rebaixamento da qualidade do conteúdo, mas como um aprimoramento de sua capacidade de gerar entendimento e transformação. É um compromisso ético com o direito à informação e uma estratégia fundamental para a eficácia de ações de educação financeira em contextos de vulnerabilidade.

4 TECNOLOGIAS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO DIGITAL

A inserção das tecnologias digitais no cotidiano das populações vulneráveis representa tanto um desafio quanto uma oportunidade para a educação financeira. Apesar das limitações de acesso à internet em determinadas regiões, a popularização dos smartphones e das redes sociais tem aberto novos caminhos para a disseminação de conteúdos educativos. De acordo com o IBGE (Brasília, 2021), cerca de 91% dos domicílios brasileiros possuem ao menos um telefone celular com acesso à internet, o que indica um canal promissor para estratégias de comunicação financeira mais democráticas e acessíveis.

Nesse contexto, as tecnologias sociais — entendidas como soluções de baixo custo, adaptáveis ao território e com protagonismo comunitário — têm ganhado relevância. Iniciativas como aplicativos educativos de finanças pessoais, bots de WhatsApp para aconselhamento financeiro e canais no YouTube com conteúdo em linguagem simples demonstram a eficácia desses meios na promoção do letramento financeiro. Segundo estudo da Fundação Lemann (São Paulo, 2020), o engajamento com conteúdos digitais sobre finanças é maior quando há elementos de linguagem popular, regionalismo e interação audiovisual.

Além disso, o uso de design instrucional aplicado à comunicação financeira tem potencializado a eficácia das mensagens. Ferramentas como infográficos animados, vídeos curtos explicativos e jogos interativos vêm sendo utilizados com sucesso por ONGs e instituições financeiras que atuam com públicos vulneráveis. O projeto “*Educação Financeira para Todos*”, do Instituto Unibanco

(São Paulo, 2019), por exemplo, desenvolveu um aplicativo para adolescentes, com resultados positivos na retenção de conceitos como poupança, planejamento e consumo consciente.

Porém, a simples digitalização do conteúdo não garante sua compreensão. É necessário que a comunicação seja planejada desde sua concepção com foco em clareza, relevância e empatia. Estudo da Universidade de Brasília (Lima et al., 2021) revelou que vídeos com linguagem técnica e neutra, mesmo em redes sociais populares, têm impacto muito menor do que conteúdos construídos com linguagem informal, uso de “memes” e exemplos cotidianos. A emoção, a identificação e a linguagem visual são elementos centrais na eficácia da comunicação digital voltada à educação.

As redes sociais comunitárias, como grupos de Facebook ou listas de transmissão via WhatsApp, também têm se mostrado eficientes na difusão de conteúdos financeiros. Quando os próprios líderes comunitários participam da elaboração das mensagens ou fazem parte da disseminação dos vídeos e textos, o engajamento é maior. Essa aproximação gera confiança e contribui para a ressignificação dos conteúdos, que passam a ser vistos como instrumentos de autonomia e não apenas como imposições técnicas.

Portanto, a comunicação digital, especialmente quando aliada a tecnologias sociais e estratégias participativas, tem potencial transformador na promoção da educação financeira. O desafio é integrar essas ferramentas com uma linguagem clara, culturalmente situada e que valorize o conhecimento prévio das populações atendidas. A tecnologia, nesse cenário, torna-se ponte entre o saber técnico e a prática cotidiana da população.

5 ESTUDOS DE CASO: BOAS PRÁTICAS NA COMUNICAÇÃO COM PÚBLICOS VULNERÁVEIS

Para além da teoria, a aplicação prática da comunicação clara na educação financeira pode ser observada em diferentes experiências pelo Brasil. Um exemplo notável é o projeto “*Finanças para a Vida*”, desenvolvido pela Fundação Dom Cabral em parceria com cooperativas de crédito em Minas Gerais. A iniciativa utiliza metodologias participativas, rodas de conversa e linguagem visual para abordar temas como endividamento e planejamento doméstico. Avaliação publicada pela Fundação Dom Cabral (Belo Horizonte, 2020) indicou aumento de 42% no entendimento dos participantes sobre conceitos como juros e orçamento familiar.

Outro exemplo importante vem do projeto “*Mulheres em Ação*”, realizado pelo Instituto Rede Mulher Empreendedora (São Paulo, 2018), que promoveu oficinas de educação financeira em comunidades urbanas e rurais. A estratégia de comunicação envolveu a criação de personagens femininas inspiradas em lideranças locais e a adaptação do conteúdo para diferentes contextos culturais. Ao final do ciclo formativo, 73% das participantes afirmaram ter mudado seus hábitos de consumo e passaram a controlar melhor seus gastos, segundo relatório do Instituto.

Na região Norte, a ONG Saúde e Alegria (Pará, 2019) implementou ações de educação financeira em comunidades ribeirinhas utilizando rádio comunitária, peças teatrais e cartilhas em linguagem simples. As mensagens foram veiculadas em dialetos locais, com exemplos do dia a dia da população, como o uso de recursos do Bolsa Família ou o comércio de produtos extrativistas. A compreensão dos conteúdos foi significativamente maior em comparação a abordagens tradicionais, segundo avaliação etnográfica publicada pela Universidade Federal do Pará (Silva & Barreto, 2020).

No ambiente digital, destaca-se o canal “*Me Poupe!*”, idealizado por Nathalia Arcuri, que democratizou o acesso a conteúdos de finanças pessoais com linguagem leve, humor e metáforas visuais. Embora com foco em um público mais amplo, o canal tem inspirado ações de replicação em comunidades e escolas públicas, onde professores utilizam vídeos como apoio didático. Segundo estudo da FGV-SP (Machado, 2021), o engajamento com esses materiais está diretamente relacionado ao uso de linguagem acessível e elementos culturais populares.

Por fim, o Banco Central do Brasil, através do projeto “*Cidadania Financeira*”, tem buscado adaptar seus materiais de educação financeira a públicos diversos, com cartilhas traduzidas em Libras, textos em linguagem simples e vídeos para redes sociais. Ainda que em estágio inicial, tais esforços representam um reconhecimento institucional da importância da comunicação clara como direito e estratégia educativa.

Esses estudos de caso demonstram que a comunicação acessível não é apenas um facilitador, mas uma condição necessária para o sucesso da educação financeira. O engajamento comunitário, a adaptação cultural e a empatia comunicativa são fatores centrais para garantir que a informação seja compreendida, internalizada e colocada em prática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira tem papel crucial na promoção da cidadania e no combate às desigualdades sociais, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Contudo, sua eficácia depende diretamente da forma como os conteúdos são comunicados. A linguagem técnica, a ausência de contextualização e o uso de meios pouco acessíveis ainda são barreiras que limitam o impacto das ações educativas. Diante disso, a comunicação clara e acessível surge como um instrumento transformador, capaz de aproximar o conhecimento financeiro das realidades vividas pela população.

Ao longo deste artigo, foram analisadas evidências teóricas e empíricas que apontam a centralidade da comunicação na construção de políticas públicas e projetos educativos eficazes. Estudos nacionais e internacionais confirmam que a simplicidade na linguagem, a empatia na abordagem e o uso de mídias adequadas são determinantes para a compreensão e aplicação de conceitos

financeiros. Trata-se, portanto, de um campo que exige mais do que didatismo: requer sensibilidade social e compromisso com a inclusão.

As experiências analisadas, desde campanhas institucionais até projetos de base comunitária, demonstram que é possível construir uma educação financeira que respeite os saberes populares e dialogue com o cotidiano das pessoas. Iniciativas que envolvem tecnologia, arte, comunicação visual e protagonismo local apresentam melhores resultados, pois criam vínculos afetivos com o conteúdo e aumentam o senso de pertencimento ao processo educativo.

No cenário atual, marcado por desigualdades históricas e desafios econômicos agravados pela pandemia da COVID-19, a comunicação acessível torna-se ainda mais urgente. Políticas públicas que desconsiderem as barreiras comunicacionais estão fadadas à ineficácia. Por outro lado, ações fundamentadas em linguagem clara, respeito cultural e mediação pedagógica têm maior potencial de transformação social.

Por fim, este artigo propõe que a comunicação clara seja incorporada como princípio metodológico nos programas de educação financeira, seja na esfera pública, privada ou do terceiro setor. A formação de educadores, a produção de materiais acessíveis e a escuta ativa das comunidades são passos fundamentais nessa direção. Garantir o direito à informação compreensível é garantir, também, o direito à autonomia, à dignidade e à cidadania plena.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Cidadania financeira*. Brasília: Bacen, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/>.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Projeto Finanças para a Vida: relatório de impacto*. Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2020.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Relatório de mídias digitais na educação financeira popular*. São Paulo: Fundação Lemann, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019*. Brasília: IBGE, 2021.

INSTITUTO REDE MULHER EMPREENDEDORA. *Mulheres em ação: relatório de oficinas de educação financeira*. São Paulo: IRME, 2018.

INSTITUTO UNIBANCO. *Educação financeira para todos: um aplicativo para adolescentes*. São Paulo: Instituto Unibanco, 2019.

LIMA, Raquel et al. Efeitos da linguagem audiovisual na educação financeira em redes sociais. *Revista Comunicação & Educação*, Brasília, v. 26, n. 3, p. 145-162, 2021.

MACHADO, Pedro Henrique. *Educação financeira e influenciadores digitais: análise do canal Me Poupe!*. São Paulo: Fundação Getulio Vargas – FGV, 2021.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Financial literacy and inclusion: OECD/INFE policy handbook*. Paris: OECD Publishing, 2018.

PAIVA, Raquel; SOUSA, Gustavo. Educação financeira como prática comunicacional: o papel da linguagem simples. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 385-405, 2020.

SAÚDE E ALEGRIA. *Educação financeira ribeirinha: projeto piloto em comunidades da Amazônia*. Santarém: ONG Saúde e Alegria, 2019.

SILVA, Débora; BARRETO, Caio. Comunicação popular e educação financeira: análise etnográfica em comunidades ribeirinhas. *Revista Amazônia em Foco*, Belém, v. 11, n. 1, p. 55-72, 2020.

UNESCO. *Global financial literacy survey: building financial resilience through education*. Paris: UNESCO Publishing, 2019.

SHIFFMAN, Saul et al. Relapse research: Advances and implications for smoking cessation. *Health Psychology*, v. 19, p. 21–27, 2000.

TANG, Yi-Yuan et al. The neuroscience of mindfulness meditation. *Nature Reviews Neuroscience*, v. 16, n. 4, p. 213–225, 2015.

WHO – World Health Organization. *WHO Report on the Global Tobacco Epidemic 2020*. Geneva: WHO, 2020.

WHITTAKER, Robyn et al. Mobile phone-based interventions for smoking cessation. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, n. 10, 2019.